

02122056911YF0101	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM SÃO GONÇALO - RJ	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
02122056911YE0101	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM ITAPERUNA - RJ	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
0212205695E030101	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM ITABORAÍ - RJ	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
021220569103C0101	CONSTRUÇÃO DE EDIFICIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM TRÊS LAGOAS - MS	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
021220569103F0101	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-ANEXO DA JUSTIÇA FEDERAL EM CAMPO GRANDE - MS	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
0212205691J060101	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM CORUMBÁ - MS	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
0212205691J190101	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM DOURADOS - MS	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
0212205691J070101	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL DE COXIM - MS	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
0212205691J090101	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL DE PONTA PORÃ - MS	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
0212205691J080101	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL DE NAVIRAÍ - MS	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
021220569103D0101	CONSTRUÇÃO DE EDIFICIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
02122056911RQ0101	REFORMA DO FÓRUM DE EXECUÇÃO FISCAL EM SÃO PAULO - SP	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
02122056951810101	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM CAMPINAS - SP	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
0212205691O520101	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM BAURU - SP	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
0212205691O400101	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM MARÍLIA - SP	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
0212205691O430101	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM JAÚ - SP	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
0212205691J110101	AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE PARA JUSTIÇA FEDERAL EM BRAGANÇA PAULISTA - SP	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
021220569105A0101	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA EM FORTALEZA - CE	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ
021220569105B0101	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-ANEXO II DA SEÇÃO JUDICIÁRIA EM NATAL - RN	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
02122056910A30101	RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA DO EDIFÍCIO-SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA NO RECIFE - PE	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
02122056910SH0101	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-ANEXO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA EM JOÃO PESSOA - PB	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA PARAÍBA
0212205691B150101	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-ANEXO DA JUSTIÇA FEDERAL EM CAMPINA GRANDE - PB	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA PARAÍBA
0212205691I970101	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-ANEXO DA JUSTIÇA FEDERAL EM ARACAJU - SE	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SERGIPE
0212205691J180101	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE TREINAMENTO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO EM RECIFE - PE	12.101	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Diário Oficial da União - Seção 1

#### RESOLUÇÃO Nº 14, DE 19 DE MAIO DE 2008

Dispõe sobre a concessão de férias no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTICA FEDE-RAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no Processo nº 2001160722, na sessão realizada no dia 16 de maio de 2008, resolve:

# CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução regula a concessão de férias e o pagamento das vantagens pecuniárias dela decorrentes aos servidores do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Art. 2º O servidor ocupante de cargo efetivo ou de cargo em

comissão, bem como o requisitado para exercer função comissionada, terá direito a 30 (trinta) dias de férias.

Parágrafo único. O servidor que opera direta e permanentemente com Raios X ou substâncias radioativas gozará 20 (vinte) dias consecutivos de férias por semestre de atividade profissional, proibida a acumulação em qualquer hipótese.

CAPÍTULO II

DA ESCALA DE FÉRIAS

SECÃO L

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º As férias serão organizadas em escala previamente aprovada pela autoridade competente.

1º O prazo para requerimento das férias será fixado no âmbito do Conselho da Justiça Federal, de cada Tribunal Regional Federal e de cada Seção Judiciária.

§ 2º O gozo das férias deverá ocorrer em época que melhor atenda à Administração, procurando-se conciliar essa conveniência com o interesse do servidor. § 3º As férias do servidor requisitado constarão da escala de

férias do órgão cessionário, obedecidas as regras do órgão ou entidade

§ 4º A segunda e terceira etapas das férias parceladas deverão ser requeridas, no mínimo, 10 (dez) dias antes do início do respectivo gozo. SEÇÃO II

### DA ALTERAÇÃO DA ESCALA DE FÉRIAS

Art. 4º A alteração da escala de férias poderá ocorrer por necessidade do serviço ou por interesse do servidor, neste caso com a anuência da chefia imediata, devidamente justificados.

1º A necessidade do serviço será caracterizada através da justificativa apresentada, por escrito, pela chefia imediata do ser-

§ 2º O prazo para alteração da escala de férias por interesse do servidor será de, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de início já prevista na escala de férias ou, em se tratando de antecipação, da nova data de início.

3º Para alteração da segunda ou terceira etapas das férias parceladas, o prazo de que trata o parágrafo anterior será de 10 (dez)

§ 4º É dispensada a observância dos prazos previstos nos §§ 2° e 3° deste artigo nas seguintes hipóteses:

I - licença para tratamento da saúde de pessoa da família; II - licença para tratamento da própria saúde;

III - licença à gestante e à adotante; IV - licença-paternidade; V - licença por acidente de serviço;

VI - falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

§ 5º A licença ou o afastamento concedidos durante o período de férias suspendem o curso destas, que serão alteradas para o término da licença ou do afastamento, considerando-se o saldo remanescente

§ 6º No caso de licença para tratamento da própria saúde, concedida antes do início das férias, estas serão alteradas para o término da licença, se outra data não houver sido requerida pelo

#### SECÃO III

DO INTERSTÍCIO

Art. 5º Serão exigidos 12 (doze) meses de exercício para o primeiro período aquisitivo de férias.

§ 1º Não será exigido qualquer interstício para os períodos

aquisitivos de férias subsequentes ao primeiro.

§ 2º O período de gozo de férias será relativo ao ano do início e ao ano do término do respectivo período aquisitivo.

Art. 6º Para o interstício de que trata o artigo anterior, poderá ser averbado o tempo de serviço prestado à União, às autarquias ou às fundações públicas federais, com desligamento mediante declaração de vacância por posse em outro cargo inacumulável, cabendo ao servidor comprovar, mediante certidão, o período integral ou proporcional de férias não indenizados.

Art. 7º A aposentadoria do servidor em cargo efetivo, sem rompimento do vínculo no cargo em comissão, não interrompe o interstício de que trata o art. 5°, ressalvado o direito de opção previsto no art. 19, § 3°, desta Resolução. SEÇÃO IV

DO GOZO

Art. 8º As férias serão gozadas entre o início do período aquisitivo ao qual correspondam e o término do período aquisitivo subsequente, de 1 (uma) só vez ou parceladas em até 3 (três) etapas de, no mínimo, 10 (dez) dias cada, desde que assim requeridas pelo servidor, e de acordo com o interesse da Administração.

§ 1º As férias referentes ao primeiro período aquisitivo serão gozadas entre o início e o término do período aquisitivo subsequiente, ainda que tenham sido parceladas, observado o disposto no § 4º deste

§ 2º Na hipótese de parcelamento das férias, deverá transcorrer entre as etapas um período de, no mínimo, 10 (dez) dias de efetivo exercício.

§ 3º Não se aplica o disposto no parágrafo anterior ao gozo de férias referentes a períodos aquisitivos distintos.

§ 4º As férias poderão ser acumuladas por necessidade do serviço, até o máximo de 2 (dois) períodos, devendo ser gozado, pela ordem, o período mais antigo.

§ 5° A acumulação de férias de que trata o parágrafo anterior deverá ser justificada formalmente pela chefia imediata do servidor, antes do término do período normal de gozo.

§ 6º As férias alteradas por necessidade do serviço devem ser totalmente gozadas até o término do segundo período aquisitivo sub-

sequente, independentemente de terem sido parceladas. § 7º O servidor perderá o direito às férias quando não gozálas até o último dia do período aquisitivo subsequente, independentemente de terem sido parceladas, ressalvado o disposto nos §§ 4° e 6° deste artigo.

§ 8° Nas hipóteses do parágrafo anterior, a Administração deverá comunicar previamente ao servidor e à sua chefia imediata sobre a possibilidade de perda do direito às férias.

Art. 9º Os afastamentos não remunerados suspendem a contagem do período aquisitivo, a qual será retomada na data do retorno.

Parágrafo único. Consideram-se remunerados a cessão com ônus e o afastamento para participação em curso de formação, havendo ou não opção por auxílio-financeiro.

Art. 10. É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao

### SEÇÃO V

### DA INTERRUPÇÃO DAS FÉRIAS

Art. 11. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço de-clarada pela autoridade máxima do órgão.

- § 1º A interrupção das férias deverá ser formalizada por ato convocatório motivado da autoridade máxima do órgão, cientificado ao servidor e devidamente publicado.
- § 2º O gozo das férias interrompidas ocorrerá sem parcelamento, salvo se o saldo remanescente o ensejar, de acordo com o caput do art. 8º desta Resolução.
- § 3º Aplica-se o disposto nos arts. 4º e 8º desta Resolução aos casos de interrupção de férias.
- § 4º Se entre a data da interrupção e a data do efetivo gozo das férias interrompidas ocorrer aumento na remuneração do servidor, a diferença será paga, devidamente atualizada, na proporção dos dias a serem gozados. CAPÍTULO III

DA REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS

SECÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. Por ocasião das férias, o servidor tem direito ao adicional de férias e, opcionalmente, à antecipação da remuneração mensal correspondente.

§ 1º Na hipótese de o servidor exercer função comissionada ou cargo em comissão, inclusive na condição de interino, a respectiva retribuição será considerada no cálculo do adicional de férias.

§ 2º Sobre o adicional de férias de que trata este artigo não incidirá a contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público.

Art. 13. O pagamento da remuneração mensal das férias, bem como do respectivo adicional, será efetuado em até 2 (dois) dias antes do início do gozo, devendo constar, preferencialmente, da folha de pagamento do mês anterior.

Parágrafo único. Na hipótese de parcelamento das férias, o pagamento integral dos 30 (trinta) dias de férias deverá ocorrer quando do gozo da primeira etapa, observado o prazo do caput. Art. 14. Se houver reajuste, revisão ou qualquer acréscimo

na remuneração do servidor, serão observadas as seguintes regras:

I - sendo as férias marcadas para período que abranja mais de 1 (um) mês, as vantagens de que trata o art. 13 serão pagas proporcionalmente aos dias de férias gozados a cada mês, considerando-se a data em que passou a vigorar o reajuste, revisão ou acréscimo remuneratório;

II - diante da impossibilidade de inclusão do reajuste, revisão ou acréscimo remuneratório no prazo previsto no art. 13, a diferença será incluída na folha de pagamento do mês subseqüente;

 III - no caso de parcelamento das férias, será paga, em cada etapa, a diferença da remuneração vigente à época, na proporção dos dias a serem gozados.

Art. 15. Não se inclui o salário-família no cálculo do adicional de férias.

Art. 16. A devolução da antecipação de férias ocorrerá, integralmente, no mês de início do gozo.

Art. 17. O adiamento do gozo das férias implica na suspensão do pagamento das respectivas vantagens pecuniárias.

Parágrafo único. Caso já tenha recebido as vantagens referidas no caput deste artigo, o servidor deverá devolvê-las integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do crédito ou do deferimento da alteração, se esta ocorrer em data posterior a do crédito, salvo nas seguintes hipóteses:

I - alteração da escala de férias por necessidade do serviço;

II - interrupção do gozo das férias;

III - se o novo período de férias estiver compreendido no mesmo mês ou nos 3 (três) meses subsequentes.

### SEÇÃO II

## DA ANTECIPAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO NATALINA

Art. 18. Por ocasião das férias, o servidor receberá adiantamento de parte da gratificação natalina, desde que o requeira até o mês de janeiro do ano correspondente e não tenha percebido tal vantagem no respectivo exercício financeiro.



- § 1º A parte da gratificação natalina a ser adiantada por ocasião das férias corresponderá à metade da remuneração percebida
- no mês de férias, excluído o adicional de férias. § 2º Na hipótese do art. 7º desta Resolução, a parte da gratificação natalina a que se refere o parágrafo anterior será relativa apenas à retribuição pelo exercício do cargo em comissão.
- § 3º O servidor que marcar férias para os meses de janeiro e fevereiro terá até o mês de novembro do ano anterior para requerer o adiantamento de que trata este artigo.
- § 4º Na hipótese de parcelamento das férias, o adiantamento de que trata este artigo será pago integralmente na primeira etapa, juntamente com o pagamento da antecipação da remuneração mensal, havendo opção, e do adicional de férias.
- § 5º À época da quitação da gratificação natalina será descontado o que o servidor tiver percebido a esse título adiantadamente.
- § 6º Quando o servidor gozar férias referentes a mais de 1 (um) período aquisitivo no mesmo exercício, haverá pagamento de antecipação de gratificação natalina relativa apenas a 1 (um) deles.
- Art. 19. O servidor que for exonerado do cargo efetivo ou do cargo em comissão, bem como dispensado da função comissionada, perceberá indenização relativa ao período de férias na proporção de 1/12 (um doze) avos por mês de efetivo exercício ou fração superior a 14 (quatorze) dias, observada a data de início do exercício do cargo ou da função.
- § 1º A indenização de que trata este artigo também é devida ao servidor que vier a se aposentar e aos dependentes ou sucessores do servidor falecido, hipótese na qual se observará o disposto na Lei nº 6.858, de 24 de novembro de 1980.
- § 2º O disposto no parágrafo anterior aplica-se ao servidor que tomar posse em outro cargo público inacumulável e que não se utilize da averbação prevista no art. 6º desta Resolução, mediante
- § 3º O servidor que mantiver a titularidade de cargo em comissão por ocasião de sua aposentadoria poderá optar pela indenização de férias, hipótese em que deverá cumprir o interstício de doze meses previsto no art. 5°, caput, para gozo de novas férias.
- § 4º O servidor que optar pelo disposto no parágrafo anterior fará jus à indenização de férias calculada com base na remuneração percebida na data de publicação do ato de aposentadoria.
- § 5º O servidor sem vínculo efetivo com a Administração, exonerado de cargo em comissão e nomeado para outro de nível igual ou superior, sem solução de continuidade no mesmo órgão, não receberá a indenização de férias prevista neste artigo, assegurado o gozo de férias do período aquisitivo transcorrido.
- § 6º O servidor sem vínculo efetivo com a Administração, exonerado de cargo em comissão e nomeado para outro de nível inferior, sem solução de continuidade no mesmo órgão, receberá a indenização de férias prevista neste artigo, independentemente de requerimento, assegurada a fruição de férias do período aquisitivo
- § 7º A indenização de que trata o parágrafo anterior será calculada com base na diferença entre os valores das remunerações dos cargos em comissão, observando-se a proporção estabelecida no caput.

Em : R\$

ANEXO I

CAPÍTULO IV

DA INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS
Art. 20. Para a indenização prevista no artigo anterior devese observar o limite máximo de dois períodos de férias acumuladas de

que trata o § 4º do art. 8º. Art. 21. Não incidirá, sobre a indenização de férias, desconto a título de Imposto de Renda Retido na Fonte e de contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público.

CAPÍTULO V

DAS FÉRIAS DO SERVIDOR REQUISITADO REGIDO PELA CLT

- Art. 22. Para concessão das férias do servidor requisitado
- regido pelo regime celetista, o órgão cessionário deverá: I incluir, na escala de férias, a programação do servidor requisitado, observada a reciprocidade de direitos na sua legislação, bem como a situação do servidor no órgão ou entidade cedente;

  II - comunicar a programação e o gozo de férias do servidor
- requisitado ao órgão ou entidade cedente.

  Art. 23. Ao servidor que gozar férias antecipadamente não será imputada responsabilidade pela reposição ao erário dos valores correspondentes ao período que faltar para completar o período aqui-

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Esta Resolução entra em vigor 60 (sessenta) dias

após a data de sua publicação.

Art. 25. Ficam revogados o parágrafo único do art. 22 da Resolução nº 106, de 24 de agosto de 1993, e a Resolução nº 383, de 05 de julho de 2004.

Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS

### RESOLUÇÃO Nº 16, DE 19 DE MAIO DE 2008

Dispõe sobre a inclusão na Proposta Orçamentária Anual de recursos orçamentários para projetos de construção, aquisição, reforma e modernização de imóveis no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDE-RAL, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a competência estabelecida no inciso II do parágrafo único do art. 105 da Constituição Federal e nos arts. 1°, 2° e 5°, II e parágrafo único, da Lei n° 8.472, de 14 de outubro de 1992:

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer padrões de construção e de manutenção de prédios, a fim de melhor direcionar a aplicação dos recursos previstos em orçamento, em consonância com as demandas por espaços físicos compatíveis com a realidade da Justiça Federal; e

CONSIDERANDO, ainda, o decidido no Processo nº 2007167186, na sessão realizada no dia 16 de maio de 2008, re-

Art. 1º A inclusão de recursos na Proposta Orçamentária Anual destinados à construção, aquisição, reforma ou modernização de imóveis, no Conselho e na Justiça Federal de primeiro e segundo graus, fica condicionada à apresentação pelo órgão interessado do

detalhamento de cada projeto, na forma do Anexo I desta Resolução, por ocasião do encaminhamento da pré-proposta à Secretaria de Pla-nejamento, Orçamento e Finanças do CJF.

Parágrafo único. Por ocasião do estabelecimento do limite anual para projetos, caberá aos Tribunais, considerando a conveniência e a oportunidade de cada um, definir os projetos prioritários e alocar os valores que julgar necessários.

Art. 2º A Secretaria-Geral do Conselho, por intermédio da

Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças e da área de arquitetura e engenharia, procederá à análise técnica de cada projeto e emitirá parecer, tendo em vista a finalidade, o padrão de construção, o custo estimado da obra e demais aspectos, observados os critérios técnicos estabelecidos pelo Comitê Técnico de Obras, instituído na forma do art. 8º desta Resolução.

Parágrafo único. Para melhor instruir a análise de que trata o caput deste artigo, a Secretaria-Geral do Conselho poderá diligenciar junto aos órgãos técnicos dos Tribunais Regionais Federais para complementar ou esclarecer informações acerca dos projetos apresen-

Art. 3º O Colegiado do Conselho decidirá sobre a conveniência ou não da execução de cada projeto e de sua inclusão na Proposta Orçamentária Anual, à vista dos elementos descritos no Anexo I e do parecer técnico a que se refere o art. 2º desta Resolução.

Art. 4° Os projetos de obras em andamento terão prioridade na alocação de recursos, observados os percentuais de execução fi-nanceira fixados nas leis de diretrizes orçamentárias anuais. Parágrafo único. Os projetos novos somente serão contem-

plados depois de assegurados recursos suficientes para a manutenção do cronograma físico-financeiro de todos os projetos em andamen-

Art. 5º Os projetos de reforma e modernização de imóveis com valor inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) são dis-

pensados do preenchimento do Anexo I desta Resolução.

Art. 6º A readequação de cronograma físico-financeiro, as alterações contratuais, a interrupção da execução e a alteração de projetos de obras deverão ser informadas à Secretaria-Geral do Conselho, mediante o preenchimento do Anexo II desta Resolução.

Art. 7º O Conselho da Justiça Federal e os Tribunais Regionais Federais implantarão, em conjunto, sistema único de gestão predial destinado ao cadastramento dos imóveis e ao acompanhamento dos projetos de aquisição, construção e reforma de prédios da Justiça Federal.

Art. 8º Fica instituído o Comitê Técnico de Obras da Justiça Federal, integrado por técnicos das áreas de arquitetura e engenharia do Conselho e dos Tribunais Regionais Federais para, sob a coordenação do primeiro, desenvolver estudos destinados à definição de padrões de projetos de construção, reforma e adaptação, bem como de manutenção predial em toda a Justiça Federal, visando a um melhor direcionamento da aplicação dos recursos alocados em orçamento.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho disciplinará, me-diante ato próprio, o funcionamento do Comitê Técnico de Obras criado no caput deste artigo, respeitadas as particularidades de cada região, tais como climáticas, econômicas, históricas e culturais, além das demais peculiaridades relativas à organização das Seções Judiciárias e dos Tribunais.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua pu-

blicação.

Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS

#### QUADRO DE DETALHAMENTO DE PROJETOS (CONSTRUÇÃO, AQUISIÇÃO, REFORMA E MODERNIZAÇÃO) - NOME DO PROJETO: - UNIDADE ORCAMENTÁRIA: TOTAL: R\$ 4 - UNIDADE RESPONSÁVEL: 14 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS: a) PARA PROJETO DE CONSTRUÇÃO: 5 - ÁREA TOTAL (m²): 6 - CUSTO TOTAL ESTIMADO: R\$ Já possui terreno? SIM ( ) Área total (m²): - CUSTO / m<sup>2</sup> (CUB/SINAPI): R\$ 8 - DATA DE INÍCIO: 9 - DATA DE TÉRMINO: NÃO () Área total a ser adquirida (m²): 10 - FINALIDADE (Identificação das necessidades geradoras do projeto proposto): ) Alteração de estrutura organizacional ) Aumento do quadro de pessoal De que forma pretende adquirir? ) Cessão ) Modernização das instalações físicas ou de infra-estrutura existentes Instalações de novas Varas Federais Ampliação de Varas Federais existentes ) Doação ) Instalação de Juizado Especial Federal ) Desapropriação ) Compra ) Arrendamento ) Compartilhamento ) Ampliação de Juizado Especial Federal existente ) Instalação de novos serviços de apoio ) Ampliação de serviços de apoio existentes ) Outros (especificar): ) Outros (especificar) 11 - DESCRIÇÃO (Informação detalhada do projeto, inclusive a clientela a ser atendida): Já possui projetos? 12 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA 13 - PREVISÃO EXECUÇÃO FÍSICA SIM ( ) Quais? \_\_\_\_: R\$ \_\_\_\_ NÃO ( ) Especificar os projetos a serem executados: